ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **dwyXz73wNinL** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

O IPHAN nas políticas culturais da Era Lula: A “tridimensionalidade da cultura” e as políticas de recuperação dos centros históricos

Autores:
Marina Chagas Brandão - FAU USP - marina.brandao@usp.br

Resumo:

O artigo pretende analisar a relação entre o discurso de renovação observado no Ministério da Cultura (MinC) e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) durante a chamada Era Lula (2003-2010). Observa-se, no período, um reposicionamento do papel da cultura nas políticas federais, acompanhado de uma ampliação do conceito de cultura, sintetizado pela ideia de “cultura em três dimensões”. A partir deste fenômeno, pretende-se discutir a tridimensionalidade da cultura, que passa a orientar as políticas do MinC, em paralelo às diretrizes observadas nas políticas do IPHAN associadas a sua nova fase, com destaque para as políticas de recuperação em centros históricos: o Programa Monumenta e o Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PAC-CH).

O IPHAN NAS POLÍTICAS CULTURAIS DA ERA LULA

A “tridimensionalidade da cultura” e as políticas de recuperação dos centros históricos

RESUMO

O artigo pretende analisar a relação entre o discurso de renovação observado no Ministério da Cultura (MinC) e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) durante a chamada Era Lula (2003-2010). Observa-se, no período, um reposicionamento do papel da cultura nas políticas federais, acompanhado de uma ampliação do conceito de cultura, sintetizado pela ideia de “cultura em três dimensões”. A partir deste fenômeno, pretende-se discutir a tridimensionalidade da cultura, que passa a orientar as políticas do MinC, em paralelo às diretrizes observadas nas políticas do IPHAN associadas a sua nova fase, com destaque para as políticas de recuperação em centros históricos: o Programa Monumenta e o Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PAC-CH).

Palavras-chaves: Patrimônio; Cultura; Cidades históricas.

ABSTRACT

The article intends to analyze the parallel between the renewal discourse observed in the Ministry of Culture (MinC) and the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN), during the government of the former president Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010). During this period, it is possible to observe a repositioning of the culture´s role in the federal policies, complemented by an extension of the concept of culture, synthesized by the idea of its “three-dimensionality". Considering this phenomenon, it is intended to discuss the three-dimensionality of culture in parallel with the strategies observed in IPHAN's policies during its new phase, with emphasis on recovery policies in historical sites: the Monumenta Program and the Growth Acceleration Program (PAC-CH).

Key-words: Heritage; Culture; Historical sites

INTRODUÇÃO

O presente trabalho,[1] parte integrante de pesquisa de mestrado em andamento na FAU-USP,[2] pretende analisar, a partir da renovação atribuída ao Ministério da Cultural (MinC) e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) durante a Era Lula (2003-2010), a relação entre as diretrizes presentes no conceito de "cultura em três dimensões" e as políticas de recuperação dos centros históricos realizadas no período.

Durante as gestões dos ministros Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010) no MinC, as diretrizes das políticas culturais convergiram com aquelas adotadas pelo governo federal, passando a ter papel central nas ações de governo para o setor. O modelo neo-desenvolvimentista que se atribui ao governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, se baseia, em linhas gerais, na ideia de crescimento econômico com distribuição de renda. O discurso, presente em diversas políticas setoriais durante seu governo, apresenta forte apelo democrático e de participação social. A associação dessas bases à elaboração de políticas culturais possibilitou a discussão de uma série de estratégias que, efetivamente, inseriram a cultura em um papel de destaque na agenda. Pesquisas sobre as políticas culturais no período, que contribuíram para a elaboração deste trabalho, revelam a ampliação dada ao conceito de cultura nesse contexto de renovação do MinC, sintetizado pela ideia de "cultura em três dimensões" - simbólica, cidadã e econômica.

Não só no MinC a Era Lula é interpretada como um momento de renovação. O levantamento das ações dirigidas pelo IPHAN nas últimas décadas revela os avanços das políticas da instituição no que tange o patrimônio cultural brasileiro. Trabalhos como o livro "Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil," de Paula Porta (2012), e a tese de doutorado de Vanessa Gayego Bello Figueiredo (2014), "Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: Inspirações à política de preservação cultural no Brasil",[3] abordam tais ações, ressaltando o aumento no investimento em preservação dos bens culturais e uma ampliação da noção de patrimônio que aparece nas políticas realizadas pelo órgão.

Nessa ampliação da noção de patrimônio surge um olhar renovado para a ideia de desenvolvimento em uma chave de requalificação do espaço urbano, pensando na escala local e na qualidade de vida dos habitantes. Dessa forma, essa dimensão do patrimônio ganha destaque fundamental no discurso do IPHAN, uma vez que a identifica como um dos principais meios pelos quais se pretende articular as políticas de patrimônio àquelas voltadas ao desenvolvimento. Esse discurso é observado com maior potência, a partir da segunda

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

[2] A pesquisa tem como objeto de estudo o Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PAC-CH), tendo como questão central a inserção do patrimônio cultural brasileiro na agenda estratégica do desenvolvimento.

[3] FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. *Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas: Inspirações à política de preservação cultural no Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 2014.

fase do programa Monumenta, que coincide com o início da gestão do governo Lula e reforça a associação entre a sua gestão e uma visão renovada do binômio "patrimônio + desenvolvimento", e na elaboração e lançamento do PAC-CH, que tem sua base de formulação a partir das reflexões dos resultados do Monumenta.

Tomando como premissa inicial a identificação da Era Lula como um momento de renovação para as políticas culturais, o presente artigo pretende investigar como o alargamento do conceito de cultura se relaciona com o período de renovação do IPHAN, a partir da análise dos programas de recuperação de centros históricos implementados no período. Para tal, divide-se o trabalho em duas partes. A primeira procura pontuar algumas diretrizes e ações que constituem parte das políticas culturais do governo Lula, entre as quais, como se estrutura a ideia de tridimensionalidade da cultura, identificando, a partir dela, outros conceitos, tais como a participação social, a intersetorialidade e a ideia de gestão integrada, que permitem associar essa fase do MinC à um período de renovação. A segunda pretende identificar como esses mesmos conceitos que inserem o MinC na agenda das políticas federais, se relacionam com um conjunto de diretrizes do IPHAN durante a Era Lula.

ERA LULA E A "CULTURA EM TRÊS DIMENSÕES"

> É outra – e é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como base da construção e da preservação de nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da autoestima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as suas dimensões, da simbólica à econômica. (Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva. *In* MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006. p. 3)

A fala do ex-presidente Lula no documento de resumo da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura revela um entendimento do papel central da cultura durante seu governo na presidência da República. A campanha eleitoral do ex-presidente, em 2002, já indicava as intenções de "redimensionamento do lugar da cultura dentro da área das políticas públicas" (CALABRE, 2014, p. 143), conforme revela o programa de cultura proposto para a gestão Lula entre 2003-2006: "A Imaginação a serviço do Brasil". O texto se baseia no entendimento de cultura como um direito de todos os cidadãos e revela, a partir de seis eixos, um conjunto de temas para a orientação da formulação de um "Projeto de Políticas Públicas de Cultura para o Brasil" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2003). Entre os eixos propostos destacam-se: Cultura como política de Estado; Economia da cultura; Gestão

democrática; Direito à memória (que ressalta, entre outras ações, o Programa Monumenta); Cultura e comunicação; e a Transversalidade das políticas públicas.

A dimensão da importância das diretrizes das políticas culturais durante a gestão de Gilberto Gil no MinC é ainda mais relevante se observada a partir da trajetória da cultura no Brasil. Rubim (2010) identifica três tradições das políticas culturais no país em diferentes momentos: autoritarismos, ausências e instabilidades. Em seu artigo de abertura do livro, que reúne diversas publicações sobre as políticas culturais da Era Lula, Rubim procura identificar como as gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira lidaram com essas tradições. O autor apresenta pontos de inflexão dessas tradições, que são observados também por Calabre (2014), ao associar o período à construção de uma política cultural democrática e participativa, que reforça a importância da Era Lula como momento de renovação das perspectivas na área da cultura.

Conforme indicado pelo documento "A imaginação a serviço do Brasil", a renovação do MinC é orientada fundamentalmente a partir da ampliação do conceito de cultura e do reposicionamento do ministério no âmbito da agenda governamental. A partir de 2003, com a nomeação de Gilberto Gil no Ministério, as políticas culturais passaram a ser orientadas pela ideia de "cultura em três dimensões". A "tridimensionalidade da cultura", segundo a definição do MinC, consiste no reconhecimento de sua dimensão simbólica, cidadã e econômica:

> A **dimensão simbólica** é aquela do "cultivo" (na raiz da palavra cultura) das **infinitas possibilidades** de criação expressas nas práticas sociais, nos modos de vida e nas visões do mundo. [...] A **dimensão cidadã** consiste no reconhecimento do **acesso à cultura como um direito**, bem como da sua importância para a qualidade de vida e a autoestima de cada um. [...] Na **dimensão econômica**, inscreve-se o **potencial da cultura como vetor de desenvolvimento**. Trata-se de dar asas a uma importante fonte geradora de trabalho e renda, que tem muito a contribuir para o crescimento da economia brasileira. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010. p. 8. Grifo nosso)

A realização do Plano Nacional de Cultura, do Sistema Nacional de Cultura, e a elaboração de convênios entre o MinC, o IBGE e o IPEA, são alguns dos pontos que ilustram a ideia da tridimensionalidade da cultura adotada pelo MinC. O artigo de Calabre (2014) e a publicação organizada por Rubim (2010) exploram outros aspectos que revelam a importância do trabalho realizado no ministério da Era Lula, mas que não serão explorados neste trabalho.

Os três marcos das políticas culturais da Era Lula mencionados acima foram selecionados para análise neste trabalho por levantarem um conjunto de questões fundamentais, a serem retomadas mais adiante na identificação das diretrizes que orientaram a "renovação" do IPHAN: a participação social, a intersetorialidade, a ideia de gestão compartilhada.

A participação social foi considerada ponto estruturante para a elaboração do Plano Nacional de Cultura. O primeiro passo para a sua construção, aprovado pela Lei 12.3434/2010,[4] é dado no final de 2000, ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a apresentação da PEC 306/2000 à câmara dos deputados. Em 2005 tal PEC foi aprovada, criando, desse modo, a Emenda Constitucional nº 48, que altera o art. 215 da Constituição Federal de 1988, inserindo em seu parágrafo 3º a instituição de um Plano Nacional de Cultura. Segundo a Emenda nº 48, o PNC deve conduzir a: I) defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II) produção, promoção e difusão de bens culturais; III) formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV) democratização do acesso aos bens da cultura; e V) valorização da diversidade étnica e regional. De acordo com Calabre (2014, p.149), o PNC é "o documento base a partir do qual o governo federal deverá pautar, nos próximos dez anos, o direcionamento das ações públicas de cultura". A aprovação de PEC reforça o compromisso da gestão de Gilberto Gil com a elaboração e aprovação do PNC.

As diretrizes do PNC foram construídas a partir das Conferências Nacionais de Cultura. As conferências foram "espaços amplos de participação, onde representantes do Poder Público e da sociedade discutem e apresentam propostas para políticas públicas específicas, agrupando reflexões e contribuições nos âmbitos local, estadual e nacional". (SOTO; CANEDO; OLIVEIRA; SALGADO. 2010. p.33)

Em 2005 foi realizada a I Conferência Nacional de Cultura, com a temática geral "Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura". Segundo Calabre (2014), o encontro foi a primeira vez em que diversos setores da sociedade se juntaram para a realização de uma ampla discussão sobre o tema. Ainda segundo a autora, tratou-se de um mecanismo participativo, de consulta pública, com o objetivo de recolher diretrizes básicas para elaboração de um plano nacional para a área. Soto, Canedo, Oliveira e Salgado (2010, p.37) destacam como resultado positivo do encontro "o alto grau de interesse das administrações dos municípios e a efetividade da consulta democrática que ampliou o acesso da sociedade civil aos mecanismos de participação popular".

É importante ressaltar que a I CNC foi precedida de pré-conferências e conferências municipais, que revelaram a importância dada a articulação das diferentes esferas administrativas no processo de elaboração das políticas culturais. Foram realizados seminários setoriais "Construindo o Plano Nacional de Cultura", organizados pelo MinC, em parceria com a Comissão de Educação e Cultura das Câmaras de Vereadores das cidades envolvidas, com apoio do Sistema S de ensino e das administrações municipais. Além disso, foram realizadas, nessa primeira etapa, 19 conferências estaduais e 1.197 conferências municipais, de atribuição dos governos locais. (CALABRE, 2014)

O processo de elaboração das Diretrizes Gerais do PNC começou em 2006. Nelas foram incluídos os materiais dos encontros que vinham sendo realizados. Já no final de 2007, o

[4] Em dezembro de 2010, o PNC foi aprovado pela Lei 12.343/2010, contendo 5 capítulos, 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações com vigência decenal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm

MinC divulgou o primeiro caderno de diretrizes do PNC. Em 2008, uma segunda versão do documento foi lançada, incorporando as considerações da II CNC, que teve como tema "Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento".

O caderno de diretrizes do PNC divulgado em 2008[5] foi organizado em três partes. A primeira, "Valores e conceitos", procura discutir a ampliação do conceito de cultura e sua dimensão antropológica (FELIX, 2014). A segunda, "Diagnósticos e desafios para as políticas culturais", discute a implementação de "políticas e ações de valorização e estímulo ao campo cultural", divididas em seis temas: as linguagens artísticas; as manifestações culturais; as identidades e redes socioculturais; as políticas gerais; as políticas intersetoriais; e a gestão pública e participativa. A terceira e última parte é composta pelas "Estratégias gerais do PNC", divididas em cinco táticas de ação, que por sua vez são subdivididas em 269 diretrizes. As cinco diretrizes presentes no documento são: 1) Papel do estado de gestor e executor no campo cultural; 2) Proteção e valorização da diversidade artística e cultural do país; 3) Garantia de acesso ao consumo e a produção cultural; 4) Ampliação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável; 5) Consolidação dos sistemas de participação social nas políticas culturais.

Reis (2010) aponta para a fragilidade de redação do documento, que por ser muito abrangente na definição de suas estratégias de ação dificulta a elaboração de metas e objetivos claros para os dez anos de vigência. Além disso, ressalta que os grupos de trabalho das CNC não eram orientados a discutir a estruturação do PNC, apenas o seu conteúdo, indicando uma limitação da dimensão participativa de sua construção.

Por outro lado, Rubim (2010) atenta que a interlocução com a sociedade, como se observa na realização das pré-conferências e da I CNC em 2005, se constitui como uma das formas de romper a tradição autoritária das políticas culturais, identificadas no início do texto. Ao mesmo tempo, o autor aponta como a discussão do PNC e a aprovação da PEC 306/2000, se configuram como políticas na contramão da instabilidade, ao estabelecer bases para ultrapassar a ideia da cultura como "politica de governo" e caminhar para "políticas de Estado".

Além da participação social, como foi apresentado no processo de elaboração do PNC, o documento do MinC "Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil", publicado em 2006 como síntese das ações e diretrizes das políticas culturais do primeiro mandato do governo Lula, sugere a participação de outros agentes na elaboração das políticas culturais. Segundo o documento:

> Ao Estado, cabe intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras e abrigar. Podemos assegurar que a política cultural do MinC é hoje feita de muitas mãos e agentes sociais, institucionais, culturais e políticos. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p. 8)

[5] Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf

A ideia da construção da política, a partir de múltiplos agentes, também é um ponto de interesse fundamental para a análise das políticas culturais da Era Lula. A reestruturação do Ministério, a partir de 2003, instituiu a Secretaria de Articulação Institucional (SAI). A SAI tinha como principal meta a construção de um Sistema Nacional de Cultura (SNC), baseado em dois elementos principais: conferências e os planos de cultura. De acordo com Calabre (2014, p. 149), "a ideia do sistema (seguindo o desenho de outros sistemas setoriais já existentes) é fornecer uma maior institucionalidade para a área, (...) ao mesmo tempo, buscando facilitar o diálogo e a execução de ações compartilhadas entre os diferentes níveis de governo, através de repasses entre fundos de cultura".

Ainda tendo como diretriz os mesmos princípios da SNC, o MinC lança, em 2007, o programa *Mais Cultura*, que segundo Calabre, dialoga com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no mesmo ano. O *Mais Cultura*, gerido pela SAI, é apresentado como "embrião do SNC" ao estabelecer "convênios e parcerias com os governos estaduais e municipais para repasse de recursos em um processo de estadualização dos programas e das políticas." (CALABRE, 2014, p. 154).

A articulação proposta para o MinC em sua reestruturação não foi incorporada apenas nas parcerias entre governos estaduais e municipais. A publicação "Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil," de 2006, aponta a importância da articulação do MinC com outros ministérios, pensando dessa forma na elaboração de uma política ampla "que ultrapassa as fronteiras do próprio Ministério da Cultura" (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p. 4).

A mesma publicação ressalta algumas instituições que passaram a dialogar com o MinC, como o IBGE, Congresso Nacional, Ministério da Educação, Ministério da Previdência, Ministério do Trabalho e Ministério das Relações Exteriores. Dentre essas instituições destaca-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, a partir de 2003, em associação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas (IPEA), foi responsável pela elaboração de pesquisas, produção e sistematização sobre o campo da cultura (CALABRE, 2014), que resultaram em dois volumes de publicação dos Cadernos de Políticas Culturais. Durand (2007, p.124) ressalta a importância dessas bases de informação para a efetiva elaboração de políticas culturais, a partir do entendimento de que o desenvolvimento da cultura, "na amplitude teórica e empírica que ela tem nos países avançados, exigia que se começasse por criar uma adequada infraestrutura de informações".

Por fim, as pesquisas sobre as políticas culturais na Era Lula ressaltam o considerável aumento dos investimentos no setor durante os anos dos governos Lula (ver figura 1). Tanto Rubim (2010), como Calabre (2014) destacam a importância do aumento nos investimentos em cultura, mas enfatizam que a porcentagem geral destes em relação ao orçamento da União não chega nem em 1%.

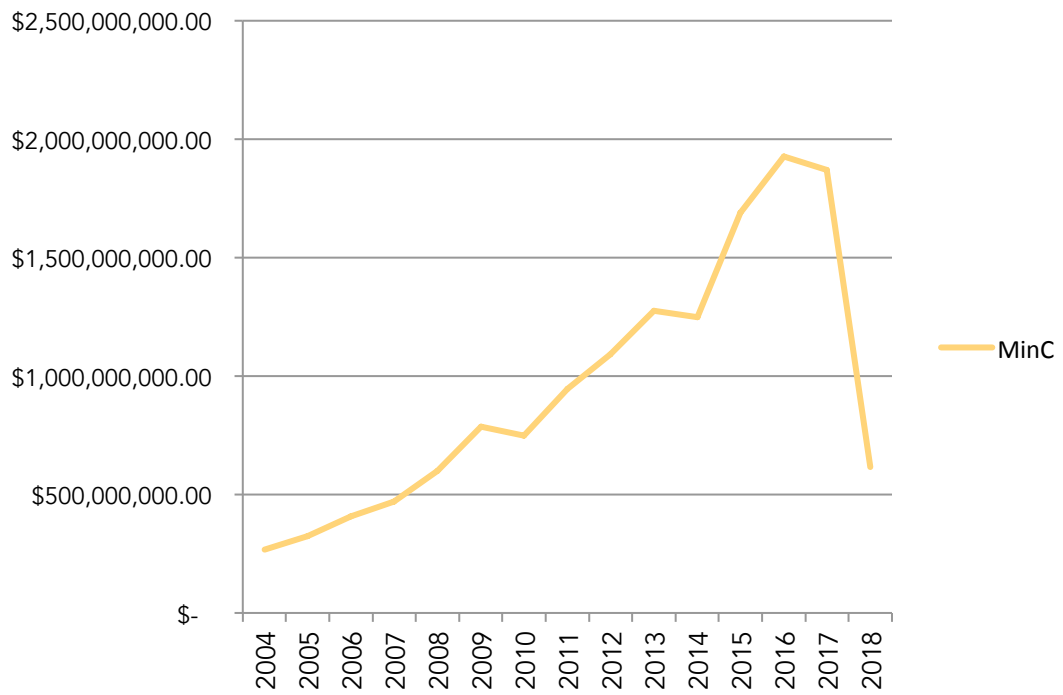

Figura 1: Gastos diretos do Ministério da Cultura (fonte: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - Portal da Transparência)

Retomando a fala do ex-presidente Lula que abre esse texto, a cultura passa a ter um papel central nas políticas federais. Ao ser colocada nessa posição, a cultura se insere, ao menos em um plano discursivo, na perspectiva de um projeto nacional de desenvolvimento, em consonância com os objetivos gerais do governo Lula, sobretudo a partir de seu segundo mandato, em 2007.

Por meio das políticas mencionadas neste trabalho, procura-se compreender um conjunto de diretrizes do governo Lula para o setor cultural, com a finalidade de identificar sua relação com as políticas adotadas pelo IPHAN no mesmo período. Não é objeto deste trabalho esmiuçar os pontos de tensão e de fragilidades das diretrizes e ações discutidas que, conforme revelam as pesquisas dos autores consultados, são múltiplas e complexas.

O IPHAN NA ERA LULA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL, GESTÃO INTEGRADA E DESENVOLVIMENTO

Não apenas no MinC a Era Lula representou um período de renovação. Da mesma forma como os anos 80[6] representaram para o IPHAN o início de uma transformação na trajetória do órgão, nos anos 2000, diversas políticas passaram a ser identificadas como reflexo de sua "nova fase".

A mencionada atualização da instituição, iniciada a partir dos anos 2000, ainda durante a gestão FHC, com a mudança da legislação referente à preservação do patrimônio imaterial brasileiro, foi resultado de uma redefinição das diretrizes do IPHAN para orientar as ações da instituição. Entre as diretrizes apontadas por Figueiredo (2013, p. 187) para as ações da instituição em sua nova fase destacam-se: "a participação social; a reinserção dos bens culturais na dinâmica social; a qualificação do contexto dos bens culturais; e a promoção do desenvolvimento local". Essas diretrizes indicam um alinhamento do discurso do IPHAN com aquele que vinha sendo trabalhado pelo MinC no mesmo período.

O trabalho "Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Diretrizes, linhas de ação e resultados," de Paula Porta (2012), se alinha a esse entendimento de "renovação" do IPHAN. Ao abordar as novas áreas de atuação, nas quais se incluem o patrimônio cultural imaterial e a paisagem cultural, e de gestão, a autora ressalta os significativos avanços nas políticas de preservação do patrimônio cultural. Como enfatiza Luiz Fernando de Almeida, presidente do IPHAN entre 2006 e 2012, na introdução do referido trabalho, o material se revela uma importante base de dados sobre as políticas culturais do período, de modo a permitir análise das políticas, identificar seus resultados e os desafios.

Oportuno observar a relação entre as diretrizes discursivas presentes na "tridimensionalidade da cultura" do MinC no mesmo período, com aquelas ressaltadas no trabalho de Porta (2012) ao se referir ao "novo IPHAN". Destaca-se a importância da participação social em diferentes aspectos, entre eles: "a identificação do patrimônio a ser conhecido e preservado; aporte de conhecimento, contribuição para a formulação de ações pelos órgãos de preservação e a apresentação de projetos de preservação a serem apoiados com recursos públicos" (PORTA, 2012, p.16).

Ressalta-se a dinamização dos bens culturais como parte integrante da vida da sociedade e o entendimento do patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento econômico e social, ideia que aparece associada, sobretudo, à execução dos Programas Monumenta e PAC-CH. Destaca-se, também, o paralelo entre as estratégias de gestão, com destaque para a elaboração da Política Nacional de Patrimônio Cultural e o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), que pode ser compreendido como um subsistema do Sistema Nacional de Cultura para "favorecer a criação de instrumentos de ação conjunta e de cooperação técnica" (PORTA, 2012), considerando principalmente as dificuldades da gestão compartilhada entre União, estados e municípios. Por fim, mas não menos importante, enfatiza-se a valorização da diversidade nas políticas de patrimônio, que aparece em contraste ao histórico das políticas de preservação da chamada "fase heroica", quase de

[6] A partir, por exemplo, do alargamento da noção de patrimônio, acompanhado de uma maior participação da sociedade nos pedidos de tombamento e da diversificação nos quadros técnicos da instituição (FONSECA, 1996).

maneira análoga ao rompimento da "tradição autoritária" descrita por Rubim (2014) nas políticas culturais.

Marins (2015) procura problematizar os limites dessa renovação, investigando em que medidas ela de fato se configura como uma mudança na noção de patrimônio canonizada pela "fase heroica". O autor tensiona a possibilidade de renovação analisando tombamentos e os registros[7] realizados entre a década de 1980 e a primeira década dos anos 2000, na qual ocorreu a chamada "ampliação do estoque patrimonial", resultado de um crescimento do número de bens patrimonializados no período. No que diz respeito às diretrizes identificadas também no trabalho de Porta (2012), como a questão da participação social, o autor insere em um contexto de "conclamação dos cidadãos" (MARINS, 2015), e traça nesse ponto um paralelo com o Programa Cultura Viva (com os Pontos de Cultura, Pontões de Cultura, o Prêmio Cultura Viva, etc.) da gestão Gilberto Gil no MinC, em um esforço semelhante ao deste trabalho.

O programa Monumenta, criado em 1995 no governo FHC a partir da elaboração de um contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apresenta em sua segunda fase (2003-2010), já no governo Lula, conceitos que permitem analisar o discurso de renovação presente no IPHAN nos anos 2000 e seus limites. Além disso, o Programa se constitui um caso excepcional para avaliar os paralelos entre as políticas do MinC e do IPHAN, sobretudo pela mudança do seu papel nas diversas fases do Programa, representando uma significativa alteração no discurso associado ao programa e um alinhamento com os ideais desenvolvimentistas que permearam a Era Lula.

Em sua primeira fase de execução (1999-2003),[8] o IPHAN aparece com um papel secundário, e as funções do núcleo central de execução são divididas entre MinC, BID e UNESCO-Brasil. Segundo Sant'Anna (2017, p. 327), ao IPHAN cabia um papel "eminentemente técnico, de orientação e fiscalização dos aspectos estritamente relacionados à conservação e à restauração do patrimônio tombado". A partir da avaliação do Tribunal de Contas da União (SANT'ANNA, 2017), em 2003, a estrutura terceirizada que foi criada dentro do Minc para a execução do Programa, já mostrava seus limites. Além dos gastos excessivos destinados ao gerenciamento do Monumenta, o TCU apontou o modelo terceirizado de gerenciamento como um problema, ao não aparelhar o organismo federal legalmente responsável pelo assunto, ressaltando desse modo o risco de descontinuidade do Programa (SANT'ANNA, 2017, p. 334).

Desse modo, a partir de 2003, já no primeiro ano do governo Lula, o IPHAN é incorporado à Unidade Central de Gerenciamento (UCG) do Programa, e o Plano Operacional do Monumenta é revisto, com a inclusão de novas cidades. Para Castriota; Araújo ; Cardozo ; Souza, (2010, p. 103), "em 2003, com a posse do novo Governo Federal, o Monumenta ganha uma perspectiva diferente, aproximando-se dos programas nacionais de

[7] O instrumento é oficializado em agosto de 2000, por meio do Decreto 3551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

[8] SANT´ANNA (2017) trabalha com a periodização do Monumenta em três fases: A preparação (1996-1999), Primeira Fase (1999-2003) e Segunda fase (2003-2010).

desenvolvimento para estimular a contrapartida de estados e municípios e aumentar sua sustentabilidade e capacidade de replicação."

O livro de Nabil Bonduki (2010), "Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos" constitui-se um relato do Monumenta e é dividido fundamentalmente em duas partes. Na parte introdutória o autor apresenta o Programa no contexto das trajetórias das políticas de preservação do patrimônio cultural, explicitando sua implementação e desafios. Na segunda parte são selecionadas algumas das intervenções "paradigmáticas" do Monumenta, que contribuem para a leitura de um programa que se alinha às diretrizes atribuídas aos avanços na trajetória do órgão. Casos como os de Laranjeiras (SE) e Cachoeira (BA), que tiveram ruínas transformadas em universidades federais; ou da intervenção no Largo do Théberge, em Icó (CE), e da orla em São Francisco do Sul (SC), que contaram com a requalificação de espaços públicos; e a implementação de habitação social em núcleos históricos, com destaque para o caso de Salvador (BA), são selecionados por Bonduki e revelam um entendimento de visão do IPHAN que se quer promover.

A seleção dos casos da publicação reforça o discurso de um IPHAN renovado, que amplia o leque das suas intervenções e o coloca alinhado às discussões internacionais presentes em documentos como as Declarações de Amsterdã (1975) e de Nairóbi (1982), e seus princípios de conservação integrada e de dinamização dos centros históricos. A análise dos bens culturais, que tiveram suas recuperações financiadas pelo programa, revela, por outro lado, permanências, como a tendência para as intervenções pontuais de imóveis desconectados de seu entorno (SANT'ANNA, 2016). A questão revela uma tensão entre "tradição e ruptura", identificadas por Marins (2015) para se referir aos bens patrimonializados durante a Era Lula, aqui apropriada para expressar os avanços e limites do programa a partir da observação da listagem das intervenções.

Ao modelo institucional do Programa, assim como nos exemplos de intervenção presentes no livro, também se atribui um caráter "modernizador". Segundo Bonduki (2010), observa-se na implementação do Monumenta ações descentralizadoras e de participação social,[9] além da efetiva integração intergovernamental. Castriota; Araújo; Cardozo; Souza, (2010) destacam que o Monumenta operou em inúmeras linhas de trabalho, considerando setores como o de capacitação profissional, educação patrimonial, apoio operacional, eventos culturais e publicações. SANT'ANNA (2016) aponta, ainda, entre as características do modelo institucional do Programa, o ineditismo do financiamento da conservação e restauração de imóveis privados, em parceria com a Caixa Econômica Federal, que para a autora se constituiu como a principal herança do Programa.

O modelo de gestão compartilhada, indicado na publicação sobre o Monumenta, aparece nas três experiências de recuperação dos centros históricos realizadas no país. A descentralização da gestão, em um entendimento de compromisso entre União, estados e municípios, é observada no primeiro programa de recuperação das cidades históricas –

[9] Segundo Bonduki (2010, p.43), de acordo com o Regulamento Operativo elaborado em comum acordo entre a coordenação do Monumenta e o BID, o Perfil do Projeto deveria ser desenvolvido a partir de um processo participativo. As oficinas foram elaboradas em parceria com a GTZ, agência de cooperação técnica alemã: as oficinas ZOPP. O autor revela que os resultados ficaram "aquém do desejável."

Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH).[10] No caso do Monumenta, a proposta se fortalece com a criação das Unidades de Execução do Programa (UEPS), que constituem escritórios descentralizados responsáveis pela implementação do plano de ação previamente definido.

Sant'Anna (2016) revela a importância da descentralização para a execução de programas como o PCH, o Monumenta e o PAC-CH, que nos dois casos mais recentes tiveram como uma de suas dificuldades a falta de estrutura municipal adequada. Segundo a autora, o sucesso de programas como os mencionados "não se efetivará meramente pela via do repasse de recursos e sim pelo estabelecimento de instrumentos legais, de planejamento e de gestão compartilhados e por meio de instrumentos de financiamento da ação privada adequadas e permanentes" (SANT'ANNA, 2016, p. 73).

O tema da intersetorialidade, que aparece também nas discussões sobre a atuação do MinC, se constitui como um segundo fator de "modernização" do modelo institucional do Monumenta. O Programa contou, em sua segunda fase, com a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre os ministérios da Cultura, das Cidades e do Meio Ambiente, tendo como objetivo a implementação dos Planos Diretores das Cidades (CASTRIOTA; ARAÚJO; CARDOZO ; SOUZA, 2014).

A identificação, por Bonduki, dos diferentes momentos de execução do Monumenta permite discutir algumas questões relevantes. A primeira delas diz respeito à nomeação, em 2006, do ex-coordenador do Programa, Luiz Fernando de Almeida, para presidência do IPHAN. Para Castriota, Araújo, Cardozo e Souza (2014, p. 106), a nomeação resulta na incorporação da estrutura administrativa do Programa ao Instituto, acentuando de forma mais evidente a aproximação entre MinC e IPHAN.

Um segundo ponto diz respeito à associação da segunda fase ao período que segue a eleição do ex-presidente Lula em 2003, que se relaciona, segundo Bonduki, com a mudança de orientação do Monumenta. A partir de 2005, o autor identifica uma virada no Programa, que passa a considerar com mais potência a articulação com outras políticas públicas para sustentabilidade dos núcleos urbanos, em detrimento de uma visão que priorizava o incentivo ao turismo para a classe média (BONDUKI, 2010). Ao considerar a sustentabilidade econômica, que se mantém como um objetivo, mesmo na sua segunda fase, Bonduki (2010, p. 22) ressalta:

> Ao longo dos mais de dez anos de aperfeiçoamento do programa, é possível identificar claramente uma tensão conceitual relativa à noção de sustentabilidade que se propôs basilar. Essa noção oscila entre uma visão neoliberal, voltada para atividades econômicas fomentadas pelo mercado, com ênfase no turismo e na espetaculosidade do patrimônio, e uma visão mais associada às práticas e aos usos cotidianos dos moradores e usuários dos núcleos históricos – perspectiva em que o papel do Estado e da sociedade organizada é mais importante que a do mercado.

[10] Sobre o PCH ver CORREA (2012) e SANT 'ANNA (2016).

Os dois “basilares” possíveis para se pensar a sustentabilidade econômica se baseiam em dois conceitos opostos e revelam dois entendimentos possíveis para o conceito de desenvolvimento. De um lado, o reforço da associação entre patrimônio e turismo, a partir de sua “espetaculosidade”, lembrando as discussões sobre os limites da exploração do turismo de Meneses (1996). De outro lado, a sustentabilidade econômica relacionada aos usos cotidianos e o bem-estar de seus habitantes, discussão que é colocada como a principal diretriz do PAC-CH.

Sant’Anna (2017, p.325) aponta que os limites do turismo como principal estímulo deste tipo de política, já haviam sido identificados desde os anos 1970, a partir do PCH. Desse modo, a revisão deste tipo de intervenção já estava colocado nos anos 1990, durante a elaboração do programa. Para o Monumenta, desde a sua primeira fase, já havia sido estabelecido como meta a construção e difusão de um modelo de intervenção sustentável, que considerasse ações compartilhadas entre Estado, sociedade e iniciativa privada. Porém, para a autora, o programa não conseguiu, em sua primeira fase, concretizar os procedimentos de escolha “racionais e transparentes” nem a formulação de propostas “consistentes e sustentáveis” (SANT’ANNA, 2016, p. 332), revelando no fim, em sua primeira fase, um alinhamento ao modelo que já havia sido criticado: o da promoção do uso turístico e cultural, desconsiderando as dinâmicas locais.

Desse modo, entende-se que a crítica de Bonduki à primeira fase do Monumenta é destinada à execução do Programa, que não conseguiu, em suas estratégias, reverter a associação “patrimônio + turismo”. É oportuno observar como o modelo de sustentabilidade que já estava em discussão desde os anos 1970 considerava a questão do planejamento urbano e local para o desenvolvimento, mas só passou a ser incorporado, sobretudo no plano discursivo, à transformação do Monumenta, em 2003. Destaca-se, dessa forma, o alinhamento discursivo da segunda fase do Monumenta com aquele observado nas políticas culturais do MinC durante a Era Lula, a partir da “tridimensionalidade da cultura”. Esse discurso é potencializado com o lançamento do PAC-CH, em 2009.

O PAC-CH foi lançado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em parceria com o IPHAN e a Casa Civil, em setembro de 2009. Tendo como uma de suas principais orientações discursivas a ideia de desenvolvimento observada na segunda fase do Monumenta. O PAC-CH criou instrumentos de financiamento visando “preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura nacional e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos”.[11]

Em agosto de 2009, o IPHAN divulgou a cartilha “Planos de Ação para Cidades Históricas – Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social – Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural”, documento para orientar a submissão dos documentos da chamada pública para a participação dos municípios. Com o fim do financiamento do Monumenta pelo BID em 2009 (GIANECCHINI; MONTEIRO, 2014), passou-se a discutir, no IPHAN, a possibilidade de continuação do programa de recuperação dos centros históricos. Weber Sutti, chefe de gabinete do IPHAN durante a gestão de Luiz Fernando de Almeida, revela que

[11] http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/pac-cidades-historicas

a elaboração dos Planos de Ação fizeram parte de revisão do Monumenta, a partir da criação de um novo instrumento de planejamento estratégico do IPHAN, que considerasse um processo *bottom-up*.[12] Tanto a fala de Sutti, quanto a cartilha divulgada, ressaltam as intenções iniciais do PAC-CH, de pensar a preservação do patrimônio a partir de demandas e potencialidades locais. Destacam-se entre os princípios elencados:

> Considerar uma leitura global da cidade, considerando seus problemas e seus desafios no tocante à preservação, urbanização, desenvolvimento social e dinâmica econômica; (…) Considerar as **demandas e conflitos sociais presentes no território** de atuação e buscar soluções conjuntas para seu equacionamento; (…) **Garantir a participação social** e buscar o comprometimento dos entes que atuam no território" (MinC/IPHAN, 2009, p. 12. Grifo nosso)

A participação social aparece como ponto fundamental para a leitura do território e, consequentemente, do patrimônio. E é a partir das "amarras" entre o social e o território que os Planos de Ação para as Cidades Históricas (PACH) se estruturam como base para orientar a intervenção nos bens culturais. A cartilha propõe a elaboração de oficinas participativas, mas segundo levantamento realizado pela autora deste artigo no Departamento de Projetos Especiais (DPE/IPHAN), em Brasília, nem todos os municípios que entregaram os planos de ação realizaram as oficinas participativas.

As linhas de ação estruturadas pela cartilha para o preenchimento das ações selecionadas pelos municípios revelam a importância dada à gestão integrada e ao planejamento urbano. O documento especifica a possibilidade de seleção entre três eixos: 1) Produção de conhecimento e gestão da informação; 2) Planejamento e gestão, incluindo a questão da gestão integrada em consonância com o discurso proposto pelo SNC; e 3) Dinamização e valorização do Patrimônio Cultural.

No terceiro eixo proposto pela cartilha de elaboração dos PAC-CH a preocupação com a inserção do patrimônio no seu contexto urbano fica evidente. São alguns exemplos de ações propostas: Recuperação e uso do patrimônio cultural; Requalificação urbanística: recuperação de espaços públicos; Instalação de mobiliário urbano e sinalização; Embutimento de fiação aérea; Iluminação de destaque; Adequação de plano viário; Qualificação/ implantação de parques e áreas verdes; Infraestrutura urbana e social; Habitação, inclusive de Interesse Social; Saneamento Ambiental; Regularização fundiária; Transporte e Mobilidade Urbana.

Os Planos de Ação foram divulgados como o "laboratório" para a implementação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Acompanhando a discussão observada no PNC, que propunha a criação do SNC como instrumento de descentralização, previsto pelo MinC como um articulador de múltiplos agentes, o IPHAN lançou, em 2009, o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC). O SNPC que foi apresentado no I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural em Ouro Preto, como uma diretriz para pensar na gestão compartilhada do

[12] Em entrevista concedida à autora deste artigo no dia 10 de julho de 2018.

patrimônio, propondo uma maior articulação entre as esferas federal, estadual e municipal e a sociedade civil, em um único programa, a fim de otimizar a administração do patrimônio cultural brasileiro.

A intersetorialidade observada no MinC e no Monumenta é verificada também no PAC-CH. O programa conta com a articulação com diversos agentes, que fortalece a "consolidação da preservação do patrimônio cultural como política de Estado vinculado à agenda do desenvolvimento sustentável do país", ao estabelecer-se como um Programa que "rompeu os limites do Ministério da Cultura" (PORTA, 2012, p.224). Os principais agentes envolvidos no PACH-CH identificados pelo IPHAN em seu portal são o Ministério do Planejamento; o próprio MinC; Ministério do Turismo; Ministério da Educação; Ministério das Cidades; Eletrobrás; Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Caixa Econômica Federal; Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Governos Estaduais; Prefeituras; Universidades federais, estaduais e municipais; Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; Associação Brasileira das Cidades Históricas (ABCH); e a UNESCO.

Assim como no Monumenta, é possível identificar, no PAC-CH, fases que se relacionam com seu estágio de execução e com suas diretrizes. Os Planos de Ação, a partir de 2009, constituem uma primeira fase do programa, com forte discurso desenvolvimentista, conforme revela o trecho de abertura do documento de lançamento do programa:

> (...) preservar o patrimônio não é apenas olhar para o passado, mas pensar nas coisas que devem fazer parte do futuro. Trata-se da afirmação de valores essenciais formadores da diversidade nacional na aplicação de políticas públicas integradas como estratégia de aprofundamento da agenda social e promoção da cidadania e do desenvolvimento econômico. (MINISTÉRIO DA CULTURA/IPHAN, 2009, p. 4)

Em 2013, já na gestão Dilma Rousseff (2011-2016), o PAC-CH é relançado com a seleção de 44 municípios e 425 ações. Identifica-se a partir desse momento uma mudança fundamental do programa, que contou na sua fase inicial com a participação de 173 cidades históricas protegidas ou em processo de proteção pelo IPHAN. Esta pesquisa de mestrado em andamento pretende analisar as principais fases do programa, identificando rupturas e continuidades nos planos discursivos e de execução do programa. Pretende-se destacar, nesse processo, a dimensão da articulação municipal do PAC-CH, por exemplo, a partir das tensões identificadas com a assinatura dos Acordos de Preservação do Patrimônio Cultural (APPC), entre o IPHAN e determinados municípios, considerando suas expectativas a partir desse acordo, mapeadas por meio de um estudo estatístico das linhas de ação selecionadas pelos municípios participantes na primeira fase do programa, possibilitando a discussão do entendimento de patrimônio para estes.

Às vésperas de completar dez anos desde sua divulgação, grande parte das diretrizes estabelecidas pelo PAC-CH representa as ações do IPHAN na primeira década dos anos 2000. Esse período é importante para a instituição, pois ao se aproximar das diretrizes presentes no governo federal, conforme revela sua aproximação com o MinC, caminha para uma

inserção mais expressiva do patrimônio na agenda do governo federal. Desde a sua elaboração, até sua divulgação e execução, o PAC-CH permite levantar questões atuais sobre o campo do patrimônio, como os limites da exploração dos centros históricos para o turismo, a participação dos residentes na elaboração das ações locais, e o entendimento da apropriação do patrimônio cultural no cotidiano, visando o aumento da qualidade de vida dos habitantes. Desse modo, considera-se fundamental a avaliação desse Programa, que a partir de diferentes possibilidades de entrada, permite discutir o entendimento de patrimônio e seus limites práticos, do ponto de vista institucional no Brasil, nas primeiras décadas dos anos 2000.

Procurou-se, a partir das ações selecionadas, analisar a ideia de "renovação" do IPHAN nos anos 2000, identificada a partir de conceitos como diversidade dos bens culturais e desenvolvimento social e econômico, e em modelos de gestão como: a presença da participação social, intersetorialidade e gestão integrada. Por meio dos conceitos trabalhados, procurou-se, dessa forma, estabelecer uma relação entre a "tridimensionalidade da cultura", que orienta as ações do MinC a partir de 2003, e as diretrizes observadas na primeira década dos anos 2000, como a participação social, a articulação do Sistema Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, e as discussões sobre desenvolvimento trazidas pela segunda fase do programa Monumenta e sua continuidade, identificada no lançamento do PAC-CH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Uma cultura que não é só produto, mas é valor vivo dos processos, dos serviços e dos bens culturais. Uma cultura que é a forma da ampliação de condições estruturais para o desenvolvimento brasileiro. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007, p. 20)

De modo geral, para os autores mobilizados neste trabalho, tanto nas políticas observadas no MinC quanto no IPHAN, o governo Lula é visto como um momento de renovação, configurada em um alargamento do conceito de cultura e de patrimônio, contemplando a diversidade cultural do país, as discussões sobre o direito à cultura e à memória e à compreensão da ideia de desenvolvimento vinculada à qualidade de vida dos cidadãos. Calabre (2014) aponta para o fato de que, mesmo que os objetivos propostos pelas três dimensões da cultura não tenham sido completamente alcançados, que o conceito "estiveram todo o tempo presentes no campo discursivo." (CALABRE, 2014, p.152), observação que pode ser aplicada também na leitura de Porta (2012) sobre as ações do IPHAN no mesmo período.

A evidente matriz democrática observada na "tridimensionalidade da cultura" que orienta as diretrizes durante as gestões Gilberto Gil e Juca Ferreira no MinC atribui à cultura um potencial de melhoria de qualidade de vida, não só através das atividades culturais, mas também associado à noção de direito à cultura como expressão de identidade e cidadania. O reposicionamento estratégico do Ministério da Cultura nesse período, como "formulador e

promotor de políticas de desenvolvimento cultural", parte desse entendimento de cultura como "vetor e catalizador do desenvolvimento social e econômico do Brasil." (MINISTÉRIO DA CULTURA. 2006. p.5)

É oportuno observar como, tanto nas políticas culturais como nas de patrimônio, a noção de desenvolvimento desempenha um papel fundamental, a partir da sua articulação com outros conceitos, como o de cidadania ou de planejamento urbano. Dessa forma, o MinC parece ampliar as possibilidades de desenvolvimento, de modo que este não seria estruturado apenas ligado diretamente à exploração da "economia da cultura", que não deixa de ser uma das questões exploradas na tridimensionalidade", mas insere o que o próprio MinC chama de "desenvolvimento social", como um ponto estruturante.

Observando as políticas de preservação do patrimônio cultural apresentadas no trabalho, é possível verificar um processo semelhante ao proposto pelo MinC. Porta (2012) ressalta que "o desenvolvimento que se busca promover através da preservação do patrimônio cultural não se traduz apenas em fomento a atividades econômicas; leva em conta, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida nas cidades e nas comunidades." (PORTA, 2012, p.23)

Durante a Era Lula, tanto no MinC quanto no IPHAN a ideia de políticas setoriais orientadas para o desenvolvimento reforçam o papel do cidadão e de sua dimensão local. No caso específico da recuperação dos centros históricos, conforme revelam as intenções observadas na segunda fase do programa Monumenta e na elaboração do PAC-CH, essas questões aparecem diretamente relacionadas à valorização do patrimônio em sua dimensão urbana, associado às dinâmicas locais.

BIBLIOGRAFIA

BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília: IPHAN / Programa Monumenta, 2010.

CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, p. 137-156, 2014.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; ARAÚJO, Guilherme Maciel; CARDOZO, Kelly; SOUZA, Vilmar Pereira. PAC-Cidades Históricas – oportunidade para conservação integrada? *Revista Locus* v.16, n.2, p. 93-117, 2010.

CORREA, Sandra Rafaela Magalhães. *O Programa de Cidades Históricas (PCH): Por Uma Política Integrada de Preservação do Patrimônio Cultural – 1973/1979*. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília. Brasília: 2012

DURAND. José Carlos. Sugestões para o cultivo e a difusão da economia da cultura no Brasil. (123-140). *In* DURAND. José Carlos. *Política Cultural e Economia da Cultura*. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. *Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas: Inspirações à política de preservação cultural no Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 2014.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v.24, 153-162, 1996.

_____. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições UFRJ/IPHAN, 1997.

GIANECCHINI, Ana Clara; MONTEIRO. José Guimarães. *Governança no PAC: Centralização ou Descentralização*. In Governança e Desenvolvimento: VII Congresso CONSAD de Gestão Pública. CONSAD: Brasíia, 2014

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Revista Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v.29, n.57, p. 9-28, 2016.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os Usos Culturais da Cultura. (88-99) *In*: YAZIGI, E. (et al.*). Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil.* Brasília: MinC, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA / IPHAN. *PAC-Cidades Históricas: Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania.* Brasília: MinC/IPHAN, 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Cultura em três dimensões. Brasília: MinC, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA/IPHAN. *Planos de Ação para Cidades Históricas – Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social: Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural*. Brasília: Edições Iphan, 2009.

PORTA, Paula. *Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Diretrizes, linhas de ação e resultados (2000-2010)*. Brasília: Iphan. Ministério da Cultura. 2012.

REIS, Paula Félix dos. Plano Nacional de Cultura – estratégias e ações para dez anos. (49-65). *In* RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.

RUBIM. Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Governo Lula. *(9-24). In* RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANT'ANNA. Marcia. A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. *Anais do Museu Paulista*, v.24, n.1, 59-74, 2016.

_____. *Cidade atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil nos anos 1990.* Salvador: EDUFBA-PPG-AU, 2017.

SOTO, Cecília; CANEDO, Daniela; OLIVEIRA, Gleise; SALGADO Julia. Políticas públicas de cultura: os mecanismos de participação social. (25-49). *In* RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.